



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, junho/2002

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Eduardo Refinetti Guardia

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Renato Villela

Rubens Sardenberg

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico -Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stncesef@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2^o andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: ST N, v. 8, n. 6, jun. 2002. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995) - . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Te souro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em junho, o governo central registrou superávit primário de R\$ 1,6 bilhão. O Tesouro Nacional contribuiu para esse resultado com superávit de R\$ 3,2 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,4 bilhão e R\$ 70,7 milhões, respectivamente. Com isso, o superávit do governo central acumulado no ano atinge o montante de R\$ 20,0 bilhões, o equivalente a 3,24% do PIB estimado para o período.

Em junho, o governo central registrou superávit primário de R\$ 1,6 bilhão.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Mai 2002	Jun 2002	Jan-Jun 2001 2002	
I. RECEITA TOTAL	25.081,1	22.356,4	131.833,3	151.002,1
I.1. Receitas do Tesouro	19.544,5	17.067,2	103.043,4	119.309,7
I.1.1 Receita Bruta	19.789,2	18.198,8	105.311,4	121.691,2
I.1.2. (-) Restituições	-244,7	-1.131,6	-2.048,9	-2.282,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-219,0	-99,3
I.2. Receitas da Previdência Social	5.536,6	5.289,2	28.789,9	31.692,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.343,5	3.676,3	23.041,2	27.876,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	19.737,6	18.680,1	108.792,1	123.125,8
IV. DESPESA TOTAL	17.708,5	16.961,5	90.015,7	102.806,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.284,4	5.919,9	30.569,5	34.556,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.608,6	6.733,9	33.108,4	38.485,6
IV.3. Custeio e Capital	5.815,5	4.307,7	26.337,7	29.764,7
IV.3.1. Despesas do FAT	788,9	94,2	2.613,7	2.758,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	142,8	102,6	1.741,4	604,4
IV.3.3. Outras Despesas	4.883,7	4.110,9	21.982,6	26.401,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.029,1	1.718,6	18.776,5	20.319,2
V.1. Tesouro Nacional	3.101,1	3.163,3	23.095,1	27.112,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.072,0	-1.444,7	-4.318,6	-6.793,1
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-43,8	-70,7	-315,8	-305,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.985,3	1.647,9	18.460,7	20.014,3
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,25%	3,24%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIACIONES Acumulado: jun2002/jun2001	
Receitas	14,5%
Tesouro	15,8%
Previdência	10,1%
Transferências	21,0%
Receita Líquida	13,2%
Despesas	14,2%
Benefícios	16,2%
Pessoal	13,0%
Custeio e Capital	13,0%

No ano, o crescimento nominal do superávit primário do governo central foi influenciado pela arrecadação do Tesouro Nacional, notadamente aquelas administradas pela Secretaria da Receita Federal. Entre os principais fatores que contribuíram para esse aumento, destacam-se aqueles sem correspondência em 2001: i) pagamento de débitos em atraso efetuado pelos fundos de pensão, no total de R\$ 7,4 bilhões; ii) arrecadação da CIDE-Combustíveis a partir de janeiro de 2002, acumulando até junho R\$ 3,5 bilhões; e iii) tributação sobre a operação de permuta de títulos públicos da Petrobras, no montante de R\$ 1,1 bilhão. Além disso, foi registrado aumento da receita com a CPMF no montante de R\$ 1,4 bilhão, em grande medida, devido à elevação da alíquota de 0,30% para 0,38%, a partir de 19/03/2001.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receita Total	23,2%	24,4%
Transferências	4,1%	4,5%
Receita Líquida	19,1%	19,9%
Despesa Total	15,8%	16,6%
Resultado Primário	3,2%	3,2%

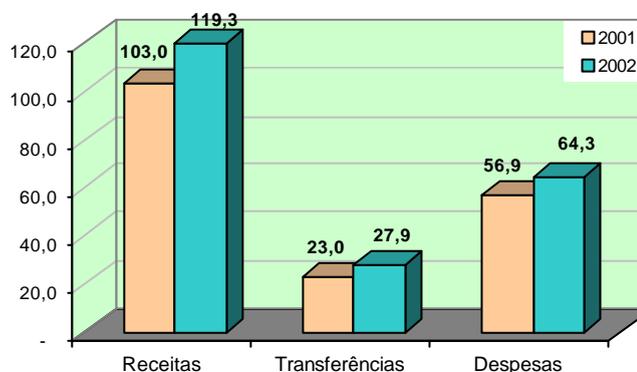
**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Jan-Jun (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Tesouro Nacional	4,1%	4,4%
Previdência Social	-0,8%	-1,1%
Banco Central	-0,1%	0,0%
Governo Central	3,2%	3,2%

As transferências a estados e municípios aumentaram o equivalente a 0,5 ponto percentual do PIB, relativamente ao primeiro semestre do ano anterior. Esse crescimento é reflexo do comportamento das receitas partilhadas, em especial do recolhimento de débitos atrasados do Imposto de Renda, devidos pelos fundos de pensão.

No semestre, as despesas do Tesouro Nacional atingiram R\$ 64,3 bilhões, tendo crescido 13,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas com pessoal e encargos sociais também cresceram 13,0% como reflexo do impacto de reestruturação de carreiras e realinhamento de salários dos servidores públicos, bem como do crescimento vegetativo da folha de pagamentos. Igualmente, os gastos com custeio e capital aumentaram 13,0% no ano refletindo, em grande medida, a ampliação dos gastos de custeio e investimento nas áreas de saúde e educação previstas no Orçamento Geral da União. Do montante de R\$ 3,4 bilhões gastos a mais nessa rubrica, R\$ 2,6 bilhões foram destinadas à saúde (R\$ 1,6 bilhão) e educação (R\$ 1,0 bilhão).

Resultado do Tesouro Nacional
Brasil, Jan-Jun (R\$ bilhões)


**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
Jan-Jun (R\$ bilhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	28,8	31,7
Benefícios	33,1	38,5
Resultado Primário	-4,3	-6,8

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 6,8 bilhões no semestre, contra R\$ 4,3 bilhões em igual período de 2001. Houve crescimento nominal de 10,1% no montante arrecadado de contribuições, sendo que em relação ao PIB o aumento foi de apenas 0,06 ponto percentual. As despesas com benefícios previdenciários, por sua vez, cresceram 16,2%, atingindo cerca de 6,2% do PIB estimado de janeiro a junho deste ano, contra 5,8% de igual período de 2001. Em grande medida, esse acréscimo deveu-se aos incrementos de 11,9% e 3,2%, respectivamente no valor e na quantidade médios de benefícios. Em relação ao mês anterior, registre-se que a arrecadação líquida ficou inferior em R\$ 247,4 milhões (4,5%).

Boxe 1 – Governo edita novo Decreto de Programação Financeira

Consoante o disposto no art. 9º da LRF e no parágrafo 1º, do art. 67, da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 (LDO-2002), o Poder Executivo editou o Decreto nº 4.309, de 22 de julho de 2002, revisando a previsão de receitas para o ano e estabelecendo limitação da despesa, compatível com a meta de resultado primário de R\$ 36,7 bilhões para o Governo Federal (Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e das Empresas Estatais Federais). Pelo Decreto, ficou estabelecida limitação de pagamento pelos órgãos e/ou unidades orçamentárias em R\$ 4,0 bilhões, relativamente aos valores previstos anteriormente no Decreto nº 4120/2002.

Tal medida tornou-se necessária tendo em vista: i) a redução de R\$ 2,1 bilhões nas receitas líquidas de transferências e restituições; ii) o aumento de R\$ 1,3 bilhão nas despesas previstas com pessoal e encargos sociais; iii) o incremento nas despesas não discricionárias no montante de R\$ 0,4 bilhão; e; iv) elevação da previsão de déficit da Previdência Social (RGPS) em R\$ 0,9 bilhão. A diferença de R\$ 0,7 bilhão entre os fatores acima e a limitação mencionada corresponde à discrepância estatística observada até maio entre os resultados “abaixo” e “acima da linha”.

Convém destacar que a limitação de R\$ 4,0 bilhões deverá ser distribuída entre os Poderes e o Ministério Público da União (MPU), tendo o Poder Executivo, em cumprimento ao disposto na LDO, informado àqueles órgãos os montantes objeto de limitação de empenho e movimentação financeira, a saber: Poder Legislativo (R\$ 7,3 milhões), Poder Judiciário (R\$ 41,4 milhões) e MPU (R\$ 2,6 milhões).

Em junho, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 18,2 bilhões, inferior em R\$ 1,6 bilhão à arrecadação de maio. No âmbito dos tributos administrados pela Receita Federal (SRF), vale mencionar a ocorrência de quatro semanas de fatos geradores, contra cinco em maio, o que afetou negativamente os tributos com apuração semanal. Isso explica a queda na arrecadação do IRRF, da CPMF e do IOF, nos montantes de R\$ 438,2 milhões, R\$ 345,0 milhões e R\$ 19,4 milhões, respectivamente. No caso do IRRF-Rendimentos do Capital, a redução foi acentuada pelo impacto sobre o patrimônio dos fundos de renda fixa da marcação a mercado dos títulos que compõem a carteira dos mesmos.

Por sua vez, apresentaram crescimento os recolhimentos da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSSS) e do IRRF-Remessas ao Exterior, nos montantes de R\$ 66,9 milhões (22,2%) e R\$ 136,3 milhões (43,2%), respectivamente.

As demais receitas do Tesouro apresentaram redução de R\$ 809,2 milhões (37,6%), com destaque para as receitas de dividendos, cuja queda (R\$ 861,0 milhões) está associada ao pagamento em maio de dividendos da Petrobras referente ao exercício de 2001, no valor de R\$ 819,7 milhões.

**Receitas do Tesouro
em relação ao mês
anterior**

Em relação a maio, a receita bruta do Tesouro Nacional caiu R\$ 1,6 bilhão. Essa queda está associada ao menor número de semanas em junho, com reflexos na arrecadação dos tributos com apuração semanal, e ao recolhimento no mês anterior de dividendos da Petrobras.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou o equivalente a 19,7% do PIB, superando em 1,2 ponto percentual a arrecadação do mesmo período de 2001. Impostos e contribuições sociais apresentaram, em conjunto, elevação equivalente a 1,5 ponto percentual do PIB e as demais receitas queda de 0,4 ponto percentual.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Impostos	8,3%	9,2%
Imposto de Renda	5,4%	6,8%
IPI	1,7%	1,5%
Outros	1,1%	0,9%
Contribuições Sociais	7,8%	8,4%
Cofins	3,9%	3,8%
CPMF	1,4%	1,5%
CSLL	0,8%	1,0%
Cide ^(*)	-	0,6%
Outras	1,7%	1,6%
Demais	2,4%	2,1%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,4%	0,3%
Concessões	0,7%	0,2%
Outras	1,4%	1,5%
Total Bruto	18,5%	19,7%

(*) Conforme reclassificação da SRF.

Em relação ao primeiro semestre de 2001, a receita bruta deste ano cresceu R\$ 16,4 bilhões, com destaque para as receitas administradas pela Receita Federal (SRF), devido principalmente a fatores atípicos e ao efeito de mudanças na legislação. Dentre os fatores atípicos encontram-se a arrecadação decorrente dos pagamentos pelos fundos de pensão referentes a débitos em atraso, no montante de R\$ 7,4 bilhões, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.222/2001 e a arrecadação extra, em janeiro, no valor de R\$ 1,1 bilhão proporcionada pela tributação de lucro da Petrobras, decorrente da permuta de títulos públicos.

Quanto aos efeitos relacionados à alteração de legislação destacam-se a elevação da alíquota da CPMF, de 0,30% para 0,38%, a partir de 19/03/2001, proporcionando aumento nominal de arrecadação da ordem de 18,0% e a cobrança da CIDE-Combustíveis, a partir de janeiro de 2002, cujas receitas totalizam no ano R\$ 3,5 bilhões. Adicionalmente, verificou-se maior arrecadação neste ano do IRPJ e CSLL referente à Declaração de Ajuste/2001, especialmente do setor financeiro.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Demais	13.833,0	12.807,4
Dividendos da União	2.145,3	1.956,5
Concessões	3.701,6	1.482,3
Outras	7.986,2	9.368,5

No mesmo período de comparação, o Imposto de Importação apresentou decréscimo de R\$ 1,2 bilhão, devido à queda de 22,3% no valor em dólar das importações tributadas e à redução de 19,7% na alíquota média, com reflexos também na arrecadação do IPI-Vinculado à Importação.

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 12,8 bilhões, inferiores em R\$ 1,0 bilhão às registradas em igual período de 2001. Por um lado, observou-se queda das receitas de concessões (R\$ 2,2 bilhões) e dividendos (R\$ 188,8 milhões). No caso das concessões, a redução é explicada pela expressiva arrecadação com o leilão dos serviços de telefonia celular no ano passado, de R\$ 3,6 bilhões, contra R\$ 1,4 bilhão em 2002. No caso dos dividendos, o destaque foi o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que em abril de 2001 efetuou recolhimento, referente aos exercícios de 1999 e 2000, no valor total de R\$ 378,7 milhões. Já em 2002, o pagamento dos dividendos do FND relativos ao exercício de 2001 ainda não ocorreu.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Jun (R\$ Milhões)		
EMPRESAS	2001	2002
Petrobras	830,3	1.036,8
BNDES	549,9	444,4
FND	378,7	-
CVRD	148,1	102,5
ECT	47,20	124,82
Banco do Brasil	108,5	111,5
Demais	82,7	136,4
Total	2.145,3	1.956,5

Por outro lado, vale destacar a arrecadação atípica em 2002 de receita referente a depósitos judiciais, no valor de R\$ 434,8 milhões, e o crescimento de

R\$ 261,0 milhões nas receitas de contribuição para a pensão dos servidores militares, associado à reestruturação daquela carreira.

No primeiro semestre do ano, as transferências a estados e municípios apresentaram aumento da ordem de 0,5 ponto percentual do PIB quando comparadas ao mesmo período de 2001. Em termos nominais, verificou-se crescimento de 21,0%, correspondente a um acréscimo nominal de R\$ 4,8 bilhões, dos quais R\$ 4,4 bilhões referentes às transferências constitucionais, que superaram em 23,9% as realizadas no primeiro semestre de 2001. Tal desempenho acompanha o crescimento das receitas tributárias compartilhadas, em especial do Imposto de Renda que, este ano, foi afetado pelo recolhimento de débitos em atraso de fundos de pensão, entre outros fatores.

Os repasses em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996, desoneração do ICMS, mantiveram-se em 0,3% do PIB, mesmo nível registrado em 2001. No acumulado do ano, tais transferências totalizaram R\$ 2,0 bilhões, contra R\$ 1,8 bilhão em 2001. Vale mencionar que esses repasses foram redefinidos pela Lei Complementar nº 102/2000, que estabeleceu para os anos de 2001 e 2002 transferências no valor de R\$ 3,1 bilhões, corrigidas anualmente pelo IGP-DI.

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de 7,9% em junho comparativamente ao mês anterior. Os gastos com custeio e capital reduziram-se em R\$ 1,5 bilhão compensados, parcialmente, pelo incremento de R\$ 635,5 milhões nas despesas de pessoal e encargos sociais.

O incremento nas despesas de pessoal e encargos deveu-se, em grande medida, aos gastos sazonais com férias e pagamento do adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (Gratificação Natalina) aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário. Ademais, em junho ocorreu o pagamento correspondente à sétima parcela do percentual de 28,86% devidos aos servidores do Poder Executivo, consoante estabelecido pela Medida Provisória nº 2.169-41, de 28/06/2001. Para o pagamento da mencionada parcela o Tesouro Nacional liberou recursos no montante de R\$ 307,0 milhões.

Relativamente às despesas com custeio e capital, verificou-se redução de 25,9% comparativamente a maio. Cabe mencionar que em junho, as despesas do FAT atingiram R\$ 94,2 milhões, contra R\$ 788,9 milhões no mês anterior. Tal comportamento está diretamente associado ao fato de que a maior parte das

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Constitucionais	3,2%	3,7%
Desoneração do ICMS	0,3%	0,3%
Demais	0,5%	0,5%
Total	4,1%	4,5%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em junho, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de 7,9% comparativamente ao mês anterior. Os gastos com custeio e capital reduziram-se em R\$ 1,5 bilhão compensados, parcialmente, pelo incremento de R\$ 635,5 milhões nas despesas de pessoal e encargos sociais.

despesas com o benefício do seguro desemprego concentrou-se, atipicamente, no último dia útil do mês, com impacto no caixa do Tesouro no mês seguinte.

No que concerne aos gastos com subsídios e subvenções econômicas, houve redução de R\$ 40,2 milhões em relação a maio. As despesas com subsídios e venda líquida de produtos agrícolas reduziram-se de R\$ 40,8 milhões no mês anterior, para R\$ 34,0 milhões em junho, influenciadas pelas vendas de produtos agrícolas, principalmente milho, arroz e algodão, no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), ocorridas naquele mês. Também ocorreu redução nos gastos com subsídios às exportações os quais passaram de R\$ 38,3 milhões em maio para R\$ 199,6 mil este mês.

DESPEASAS DO TESOURO NACIONAL 2002		
R\$ milhões		
DISCRIMINAÇÃO	Mai	Jun
Pessoal e Encargos	5.284,4	5.919,9
Custeio e Capital	5.815,5	4.307,7
Despesas do FAT	788,9	94,2
Subsídios e Subvenções	142,8	102,6
Outras	4.883,7	4.110,9

Por fim, as outras despesas de custeio e capital apresentaram redução de R\$ 772,8 milhões em relação a maio explicado, parcialmente, pelo pagamento de R\$ 312,3 milhões em créditos extraordinários, sem correspondência neste mês, dos quais R\$ 249,0 milhões referentes à participação da União no aumento do capital da empresa Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE) e R\$ 63,3 milhões relativos a ações emergenciais de defesa civil. As despesas em ações voltadas para área da Saúde totalizaram no mês R\$ 2,0 bilhões, montante idêntico ao observado no mês anterior.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 0,4 ponto percentual do PIB, em relação ao primeiro semestre de 2001, sendo 0,2 ponto percentual relativo ao crescimento na despesa com a folha salarial do funcionalismo público e 0,2 ponto percentual em decorrência do acréscimo dos gastos com custeio e capital.

DESPEASAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Pessoal e Encargos	5,4%	5,6%
Custeio e Capital	4,6%	4,8%
Despesas do FAT	0,5%	0,4%
Subsídios e Subvenções	0,3%	0,1%
Outras	3,9%	4,3%

No primeiro semestre deste ano a rubrica pessoal e encargos sociais atingiu 5,6% do PIB, contra 5,4% no ano anterior. Em termos nominais, a despesa elevou-se em R\$ 4,0 bilhões devido ao crescimento vegetativo da folha salarial no período e aos seguintes fatores, sem correspondência no primeiro semestre de 2001: i) impacto, a partir de fevereiro deste ano, da revisão geral de 3,5% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.331, de 18/12/2001; ii) extensão, a partir de fevereiro de 2002, do percentual de 3,17% aos servidores públicos incluídos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), de acordo com a Medida Provisória nº 2.225, de 04/09/2001; iii) pagamento, em janeiro deste ano, da segunda parcela do passivo do adicional do tempo de serviço (anuênios), consoante estabelecido no art. 8º da Medida Provisória nº 2.169-43, de 24/08/2001; iv) impactos financeiros da Medida Provisória nº 2.229-43, de 06/09/2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação de carreiras, cargos e funções no âmbito da Administração Pública Federal; e v) pagamento integral do passivo de 28,86%, a partir de novembro de 2001, para servidores públicos

aposentados por invalidez e portadores de doenças graves, conforme estabelecido nas Portarias do Ministério do Planejamento nº 179, de 30/08/2001, e nº 256, de 07/11/2001.

A rubrica "custeio e capital" apresentou aumento de 0,2 ponto percentual do PIB, comparativamente a igual período de 2001. Acréscimo significativo ocorreu na rubrica "outras despesas de custeio e capital", que passou de 3,9% do PIB, em 2001, para 4,3% do PIB, no corrente ano, devido, em parte, ao incremento nos gastos em ações na área da saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, que definiu valores mínimos para aplicação de recursos em saúde pública e, parcialmente também, à realização de despesas com recursos do Fundo de Combate à Pobreza.

No primeiro semestre deste ano, o Ministério da Saúde gastou R\$ 11,1 bilhões (1,8% do PIB) com ações de custeio e investimento, contra R\$ 9,5 bilhões (1,7% do PIB), no ano anterior. Ademais, verificou-se também incremento nas despesas do Ministério da Educação, as quais passaram de R\$ 1,8 bilhão, no período de 2001, para R\$ 2,8 bilhões no corrente ano.

Destaque-se que dos montantes acima mencionados, R\$ 366,4 milhões, no caso do Ministério da Saúde, e R\$ 808,8 milhões, no caso do Ministério da Educação, referem-se a gastos realizados com programas sociais no âmbito do Fundo de Combate à Pobreza, sem correspondência no primeiro semestre de 2001.

As despesas do FAT mantiveram-se praticamente constantes em proporção do PIB, comparativamente a idêntico período de 2001, atingindo 0,4 ponto percentual do PIB. Em termos nominais, observou-se aumento de R\$ 145,2 milhões, basicamente como reflexo do reajuste do salário mínimo em abril deste ano nos gastos com o benefício do seguro desemprego e abono salarial.

As despesas do Tesouro com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações apresentaram queda de 0,2 ponto percentual do PIB, comparativamente a 2001. Os gastos com subsídios e despesa líquida com a venda de produtos agrícolas totalizaram R\$ 248,0 milhões no primeiro semestre, contra R\$ 638,6 milhões em igual período do ano passado. A evolução de tais despesas refletiu o recebimento líquido de R\$ 59,8 milhões nas operações realizadas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), com receitas obtidas com a venda de produtos agrícolas, principalmente milho, arroz e algodão. Por sua vez, os subsídios às exportações no âmbito do Proex apresentaram queda de 74,0% (R\$ 346,3 milhões). As emissões de títulos federais (NTN-I) para equalização taxas de juros atingiram R\$ 65,5 milhões em 2002, ao passo que em 2001 totalizaram R\$ 440,4 milhões.

A rubrica "custeio e capital" apresentou aumento de 0,2 ponto percentual do PIB, comparativamente a igual período de 2001.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Jun (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Agricultura	638,6	248,0
Custeio Agropecuário	89,7	99,8
Investimento Rural	21,0	16,3
Preços Agrícolas	323,4	8,8
- EGF	1,2	0,8
- AGF	276,0	-59,8
- Sustentação de preços	46,2	67,8
Pronaf	175,4	123,1
PESA	29,0	0,0
Exportação	468,1	121,8
Proex	468,1	121,8
Total	1.106,6	369,8

Previdência Social

A Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 1,4 bilhão em junho, contra R\$ 1,1 bilhão no mês anterior. O aumento, comparativamente ao mês anterior, deveu-se a redução de 4,5% na arrecadação líquida, que perfaz R\$ 5,3 bilhões, contra R\$ 5,5 bilhões em maio, e ao incremento de 1,9% nas despesas com benefícios previdenciários.

A redução da receita deveu-se, principalmente, à antecipação da arrecadação das contribuições previdenciárias das empresas devido ao feriado do dia trinta de maio. Com isso, o total da contribuição previdenciária do mês de maio ficou cerca de R\$ 126,0 milhões acima do esperado. Por outro lado, a arrecadação de junho teve o mesmo montante a menos no recolhimento da contribuição previdenciária, justificando a diferença de 4,0% entre os dois meses.

O RGPS apresentou déficit de R\$ 1,4 bilhão em junho. No primeiro semestre de 2002, o déficit acumulado atinge R\$ 6,8 bilhões, equivalente a 1,10% do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Brasil, 2001-2002				
DISCRIMINAÇÃO	Mai	Jun	Jan-Jun	
	2002	2002	2001	2002
Arrecadação Líquida	5.536,6	5.289,2	28.789,9	31.692,4
Arrecadação Bruta	5.944,5	5.720,7	31.323,3	34.373,2
- Contribuição Previdenciária	5.564,3	5.339,8	29.181,8	32.188,4
- Simples	215,0	218,6	1.143,6	1.271,6
- CDP	0,0	16,1	48,7	53,1
- CFT	50,8	52,5	161,2	222,6
- Depósitos Judiciais	73,5	52,0	385,9	377,5
- Refis	30,5	30,9	229,0	192,4
- Outras Receitas	10,4	10,8	173,2	67,7
(-) Restituição/Devolução	-20,2	-29,5	-133,0	-148,0
(-) Transferências a Terceiros	-387,7	-402,0	-2.400,5	-2.532,8
Benefícios Previdenciários	6.608,6	6.733,9	33.108,4	38.485,6
Resultado Primário	-1.072,0	-1.444,7	-4.318,6	-6.793,1
Resultado Primário/PIB			-0,76%	-1,10%

Até junho, a arrecadação líquida atingiu R\$ 31,7 bilhões, representando um acréscimo nominal de 10,1% em relação à verificada em 2001. Em percentual do PIB, a arrecadação corresponde a 5,1 pontos percentuais no acumulado de 2002, apresentando pequeno incremento quando comparada a igual período de 2001. O comportamento da arrecadação pode ser explicado, em parte, pela evolução da massa salarial no período de janeiro a maio desse ano, cuja taxa de crescimento foi inferior à verificada em igual período de 2001 e refletiu-se, assim, na folha de pagamento e, conseqüentemente, nas contribuições previdenciárias.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 38,5 bilhões no semestre, superando em R\$ 5,4 bilhões o montante observado no mesmo período de 2001 quando estas totalizaram R\$ 33,1 bilhões. Como proporção do

PIB, tal incremento correspondeu a 0,4 ponto percentual, acréscimo este decorrente do aumento de: i) 12,0% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2002 (com impacto no caixa a partir de maio); e ii) de 3,2% na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2002, equivalente a 633,9 mil novos benefícios.

As concessões dos benefícios totais no período de janeiro a junho, quando comparados a igual período em 2001, apresentaram os seguintes comportamentos: i) as aposentadorias aumentaram em 229,8 mil (2,0%); ii) as pensões por morte, aumentaram em 145,4 mil (2,9%) ; iii) os auxílios – doença, aumento de 157,2 mil (31,1%); iv) os benefícios assistenciais aumento de 73,0 mil (3,5%); v) os benefícios acidentários, com incremento de 23,2 mil benefícios (3,4%); vi) os salários maternidade, aumentaram em 3,7 mil (2,8%); e vii) os demais benefícios (auxílio-reclusão, auxílio-acidente e outros) aumentaram em 1,6 mil (10,0%).

No semestre, o RGPS acumulou déficit primário de cerca de R\$ 6,8 bilhões. O resultado acumulado apresentou elevação nominal de 57,3% em relação a idêntico período de 2001. Como proporção do PIB estimado, o resultado do primeiro semestre situou-se 0,34 ponto percentual acima daquele observado em idêntico período de 2001 (1,10% do PIB e 0,76% do PIB, respectivamente).

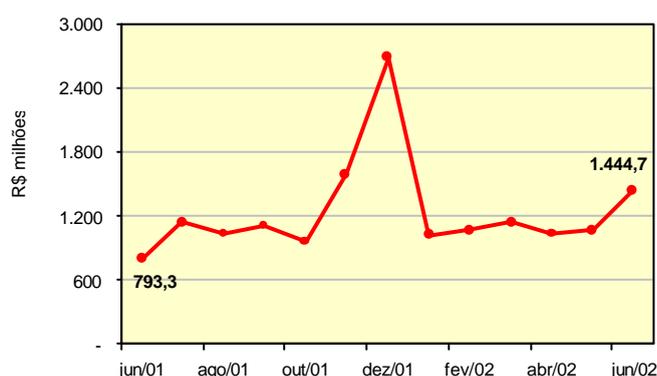
Benefícios Emitidos	Jan/2001- jun/2001	Jan/2002- jun/2002	%
Quantidade*	19,7	20,4	3,2%
Valor Médio**	287,2	321,2	11,9%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

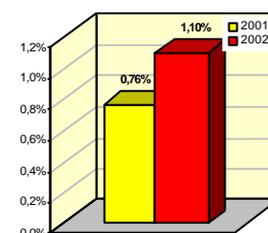
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	5,07%	5,13%
Benefícios	5,83%	6,23%
Resultado Primário	-0,76%	-1,10%

Déficit da Previdência Social

Brasil, 2001/2002



Déficit da Previdência Social
Jan-Jun (% PIB)



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou em junho R\$ 349,5 bilhões, equivalentes a 28,1% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em junho de 2001.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

	(R\$ milhões)		
	2001	2002	
	Jun	Mai	Jun
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	99.809	139.994	136.688
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	453.968	539.995	546.216
Dívida Contratual da STN	-271.902	-305.650	-314.464
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-82.258	-94.351	-95.063
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	164.845	187.604	212.765
Dívida Mobiliária em Poder do Público	124.120	143.612	163.791
Títulos Depositados em Garantia	-3.716	-4.022	-4.566
Dívida Contratual	45.429	49.004	54.545
Disponibilidades	-987	-990	-1.005
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	264.653	327.597	349.454
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	23,1%	26,5%	28,1%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em junho, a dívida líquida aumentou em 1,6 ponto percentual do PIB em relação a maio, devido, principalmente, à depreciação cambial ocorrida no mês.

Em relação ao mês de maio, a dívida líquida aumentou em 1,6 ponto percentual do PIB. Para tal comportamento contribuiu, principalmente, a depreciação cambial de 12,78% ocorrida no mês de junho, o que impactou tanto a dívida interna indexada ao câmbio como o saldo da dívida externa convertida em reais.

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida caiu 0,3 ponto percentual do PIB em relação a maio refletindo a elevação dos saldos dos haveres contratuais, tanto do Tesouro Nacional quanto de entidades da administração indireta (fundos, fundações e autarquias). Tal crescimento atingiu o montante de R\$ 9,5 bilhões e deveu-se, principalmente, às variações positivas no mês de seus principais indexadores, IGP-DI (1,74%) e IGP-M (1,54%), além da depreciação cambial mencionada. O acréscimo dos haveres mais que compensou o aumento de R\$ 6,2 bilhões no estoque da dívida mobiliária em poder do público, como decorrência da apropriação de juros nominais de R\$ 15,9 bilhões, contrabalançada, parcialmente, pelo resgate líquido de títulos no montante de R\$ 9,7 bilhões.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

	(R\$ milhões)		
	2001	2002	
	Jun	Mai	Jun
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	99.809	139.994	136.688
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	453.968	539.995	546.216
LFT	237.318	268.388	270.183
LTN	62.934	61.006	56.249
NTN-C	20.410	34.754	35.921
NTN-D	11.673	56.073	61.936
Demais	92.786	95.308	97.478
Dívida Securitizada	26.356	22.260	22.255
TDA	2.493	2.207	2.194
DÍVIDA CONTRATUAL	-354.160	-400.001	-409.528
<i>Tesouro Nacional</i>	-271.902	-305.650	-314.464
Dívida Bancária	40.299	25.414	25.424
Lei nº 7.976/89	-10.914	-10.810	-11.574
Lei nº 8.727/93	-44.535	-45.386	-45.418
Lei nº 9.496/97	-143.271	-157.271	-159.601
Renegociação Dívida Municipais	-18.881	-21.033	-21.276
Demais Haveres da STN	-94.601	-96.564	-102.019
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-82.258	-94.351	-95.063
FAT	-58.927	-67.674	-68.082
Demais Entidades	-23.330	-26.677	-26.982
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	39,7%	43,7%	43,9%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-31,0%	-32,4%	-32,9%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-23,8%	-24,8%	-25,3%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	8,7%	11,3%	11,0%

Em junho, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público ficou em 11,0% do PIB.

Em junho, conforme apresentado na tabela 4, houve resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 9,7 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 6,5 bilhões e os resgates a R\$ 16,3 bilhões.

Dentre as emissões realizadas por meio de oferta pública, ressaltam-se: i) R\$ 2,4 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2002 e janeiro de 2003; ii) R\$ 3,7 bilhões em NTN-D, com vencimento em novembro de 2002; e iii) R\$ 258,9 milhões em NTN-C com vencimentos em abril de 2008 e julho de 2017.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 124,1 milhões, tendo sido mais representativas: i) R\$ 73,5 milhões para o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES); ii) R\$ 38,0 milhões para o pagamento de despesas de maio no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex); e iii) R\$ 10,3 milhões de CTN, referentes à renegociação da dívida agrícola.

Em junho, foi resgatado R\$ 1,2 bilhão em títulos emitidos por meio de emissão direta. Deste total, a maioria deveu-se a despesas mensais de

Emissões e Resgates

Boxe 2 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos, R\$ 2,8 milhões correspondem à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto. Desse montante, 67,04% referem-se à venda de títulos prefixados (LTN).

O Tesouro Nacional realizou, em junho, resgate líquido de títulos no valor de R\$ 9,7 bilhões.

amortização e encargos da dívida pública. Apenas R\$ 81,7 milhões referem-se a cancelamentos de títulos, dentre eles títulos da dívida securitizada aceitos no leilão de NTN-C e trocados diretamente com o INSS.

Boxe 3–Emissão de NTN-C

Foi realizado, nos dias 29 e 31 de maio, com liquidação financeira em 3 de junho, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimento em 2008 e 2017. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 258,9 milhões, sendo R\$ 70,4 milhões relativos aos títulos com vencimento em 2008 e R\$ 188,1 milhões àqueles vencendo em 2017.

Do valor arrecadado, quase a totalidade (99,1%) correspondeu a recebimento em dinheiro. Apenas pela troca dos títulos de 2008 foram aceitos títulos da dívida securitizada. As taxas obtidas foram de 10,79% a.a. tanto para o título mais curto quanto para o título mais longo.

TABELA 4
EMISSIONES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, Jun/2002

Fatos	Ofertas Públicas*		Emissões Diretas	Total
I. Emissões	6.404		124	6.528
LFT	1		0	1
LTN	2.442		0	2.442
NTN-C	259		0	259
NTN-D	3.702		0	3.703
TDA	0		0	0
Securitizada**	0		0	0
Demais	0		124	124
II. Resgates***	15.091		1.184	16.275
LFT	271		0	271
LTN	8.001		0	8.001
NTN-C	177		0	177
NTN-D	6.642		0	6.642
TDA	0		20	20
Securitizada**	0		280	280
Demais	0		884	884
III. Valor líquido (I-II)	-8.687		-1.060	-9.747

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.

** Inclui dívida agrícola.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Composição

Quanto à composição da DPMFi, destacam-se: i) aumento da participação dos títulos indexados ao câmbio (1,30 ponto percentual), devido principalmente à expressiva depreciação cambial, de 12,78%, ocorrida no mês (apesar do resgate líquido de R\$ 2,9 bilhões em NTN-D); e ii) redução na participação dos títulos prefixados (1,02 ponto percentual) em razão do resgate líquido de R\$ 5,6 bilhões em LTN.

Composição da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna em Poder do Público Brasil, Jun/2002

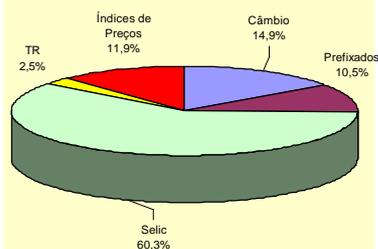


TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE
BRASIL, 2001/2002

Indexador	2002 (%)		
	Jun	Mai	Jun
Selic	64,58	60,63	60,27
Câmbio	6,05	13,61	14,91
Prefixados	14,00	11,47	10,45
Índices de Preços	9,30	11,78	11,89
TR	6,06	2,50	2,47
Outros	0,01	0,01	0,01

* Não inclui dívida agrícola.

As operações efetuadas pelo Banco Central no mercado secundário representam outro fator de impacto na composição da DPMFi no mês de junho. Por intermédio dessas operações, o Banco Central transferiu para sua carteira R\$ 1,5 bilhão de LFT que se encontravam em poder do mercado. Em contrapartida, houve realocação de NTN-D da carteira do Banco Central para o mercado, no valor de R\$ 2,1 bilhões.

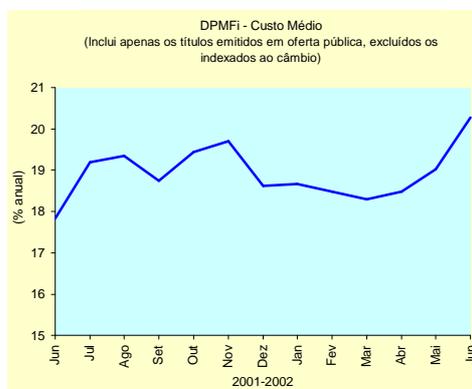
O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 34,65% a.a. em maio para 72,19% a.a. em junho, devido, principalmente, à depreciação cambial ocorrida no mês.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 18,42% a.a. em maio para 19,63% a.a. em junho. Contribuiu para este aumento a maior variação dos índices de preços em relação a maio, afetando particularmente o custo médio dos títulos da dívida securitizada e das NTN-C. O IGP-M para o mês de junho alcançou 1,54% a.m., contra 0,83% a.m. em maio, enquanto que o IGP-DI em junho foi de 1,74% a.m., comparativamente a 1,11% a.m. observado no mês anterior.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

Período	Total (1)	Total (2)	(% anual)	
			Pub (1)	Pub (2)
2001				
Jun	17,02	14,67	17,83	16,56
Jul	18,43	23,34	19,18	22,59
Ago	18,60	22,65	19,35	22,30
Set	17,96	23,42	18,74	22,06
Out	19,03	19,62	19,44	20,10
Nov	19,12	10,99	19,70	12,55
Dez	17,83	8,73	18,62	10,07
2002				
Jan	17,87	24,31	18,66	26,32
Fev	17,93	13,09	18,48	13,28
Mar	17,61	15,15	18,29	15,55
Abr	17,98	19,91	18,48	20,94
Mai	18,42	34,65	19,01	38,64
Jun	19,63	72,19	20,28	83,09

Pub - Títulos emitidos em oferta pública.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



Custo Médio

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

Título	Em % anual		
	2001 Jun	2002 Mai	2002 Jun
LTN	17,00	19,37	19,00
LFT	17,28	18,37	18,10
NTN-C	26,27	22,40	35,15
NTN-D	-15,49	145,51	413,28
TDA	7,74	8,23	7,66
Dívida Securitizada *	13,35	13,51	17,88
Demais	14,56	35,44	80,82
Total	14,67	34,65	72,19

* Não inclui dívida agrícola.

Em junho, o prazo médio da DPMFi do Tesouro Nacional em poder do público reduziu-se em 2,4 meses (36,76 meses em junho contra 39,16 meses em maio). Essa redução explica-se, principalmente, pelas operações do Banco Central no mercado secundário em que foram trocados títulos (LFT e NTN-D) de prazos longos por outros de mais curto prazo. Quanto às LFT, o Banco Central comprou do mercado R\$ 47,4 bilhões com prazo médio de 31,23 meses e vendeu R\$ 45,9 bilhões com prazo médio de 7,69 meses. Em relação às NTN-D, foram compradas do mercado R\$ 4,7 bilhões com prazo médio de 26,38 meses e vendidas R\$ 6,8 bilhões com prazo médio de 11,01 meses.

Prazo Médio

Destacou-se, ainda, a queda de 1,31 mês no prazo dos títulos da dívida securitizada, devido ao cancelamento de títulos do FCVS, que são de mais longo prazo (136,27 meses).

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2002

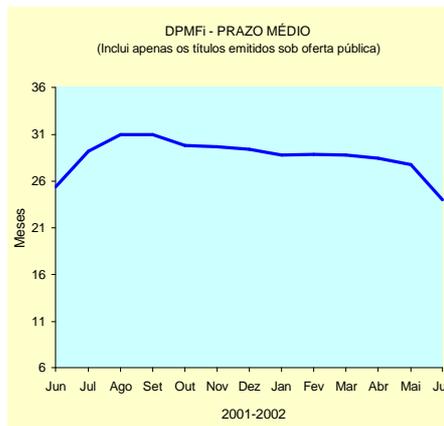
Título	2002 (meses)		
	Abr	Mai	Jun
LTN	4,76	4,74	4,41
LFT	36,09	35,04	30,70
NTN-C	69,13	68,12	67,73
NTN-D	17,96	18,21	17,09
TDA	49,87	49,21	48,64
Dívida Securitizada*	60,61	58,02	56,71
Demais	115,84	116,41	116,75
Total	39,76	39,16	36,76

(*) Inclui dívida agrícola.

**TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

Período		(meses)	
		Total	Of. Pub. (1)
2001	Jun	40,23	25,39
	Jul	41,13	29,20
	Ago	42,05	30,93
	Set	39,16	30,92
	Out	40,69	29,81
	Nov	40,13	29,64
2002	Dez	39,84	29,40
	Jan	40,70	28,80
	Fev	40,34	28,85
	Mar	40,01	28,79
	Abr	39,76	28,43
	Mai	39,16	27,76
Jun	36,76	24,00	

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



Dívida Externa Líquida

O estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, em proporção do PIB, aumentou 1,9 ponto percentual no mês de junho. O fator principal que determinou tal movimento foi a depreciação cambial da moeda brasileira no mês. Além disso, parte deste aumento também foi devido à depreciação cambial do dólar frente às moedas estrangeiras euro e iene.

Em junho, o saldo da dívida externa líquida em poder do público do Tesouro Nacional totalizou R\$ 212,8 bilhões (17,1% do PIB).

**TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

	(R\$ milhões)		
	2001 Jun	2002 Mai	2002 Jun
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	124.119,7	143.612,1	163.790,8
Bônus de Renegociação	46.781,6	47.750,1	53.853,7
Bônus de Captação	77.338,1	95.862,0	109.937,1
II. DÍVIDA CONTRATUAL	45.428,7	49.003,9	54.544,8
Organismos Multilaterais	23.136,5	25.430,2	29.007,1
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.865,6	8.575,4	9.680,0
Clube de Paris	14.426,5	14.998,2	15.857,8
DÍVIDA EXTERNA BRUTA (I + II)	169.548,4	192.616,0	218.335,6
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.716,3	-4.022,4	-4.565,6
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-987,2	-989,7	-1.004,6
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	164.844,9	187.603,8	212.765,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	14,4%	15,2%	17,1%

Relativamente ao serviço da dívida externa pago em junho, este totalizou R\$ 943,9 milhões, dos quais R\$ 395,1 milhões referiram-se ao

pagamento de juros e encargos e R\$ 548,8 milhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, R\$ 616,7 milhões referiram-se aos pagamentos da dívida junto aos bancos e agências governamentais, conforme observado na tabela 10.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Jun/2002

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	548,8	395,1	943,9
I.1. Organismos Multilaterais	0,0	207,2	207,2
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	548,8	67,9	616,7
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	120,0	120,0
Eurolira 2017	0,0	119,5	119,5
Bônus (taxas/taxa anual de rating)	0,0	0,5	0,5

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 943,9 milhões no mês.

Conforme pode ser observado na tabela a seguir, de janeiro a junho deste ano o Tesouro Nacional desembolsou o equivalente a R\$ 10,0 bilhões para pagamento de principal e juros da dívida externa. Para o próximo semestre, estão previstos o equivalente a R\$ 16,3 bilhões em desembolsos, totalizando R\$ 26,3 bilhões no ano de 2002.

TABELA 11
PAGAMENTOS DA DÍVIDA EXTERNA DA UNIÃO¹
BRASIL, 2002

R\$ milhões

Período	Realizado/Previsão para 2002 ²		
	Principal	Juros	Total
Janeiro	99,9	1.321,4	1.421,3
Fevereiro	104,5	1.200,5	1.305,0
Março	314,3	522,5	836,8
Abril	1.139,7	2.489,6	3.629,3
Mai	1.287,5	597,4	1.884,9
Junho	548,8	395,1	943,9
Julho	2.175,0	1.516,9	3.691,9
Agosto	1.036,6	1.034,7	2.071,3
Setembro	394,0	688,7	1.082,7
Outubro	1.349,2	3.143,5	4.492,6
Novembro	206,8	803,6	1.010,4
Dezembro	3.126,2	756,7	3.883,0
Total	11.782,5	14.470,6	26.253,2

(1) Pagamento pelo critério de desembolso do Tesouro Nacional à rede bancária. Portanto não se concilia com os dados do balanço de pagamentos.

(2) Despesas realizadas até o mês junho/2002 e despesas previstas de julho a dezembro.

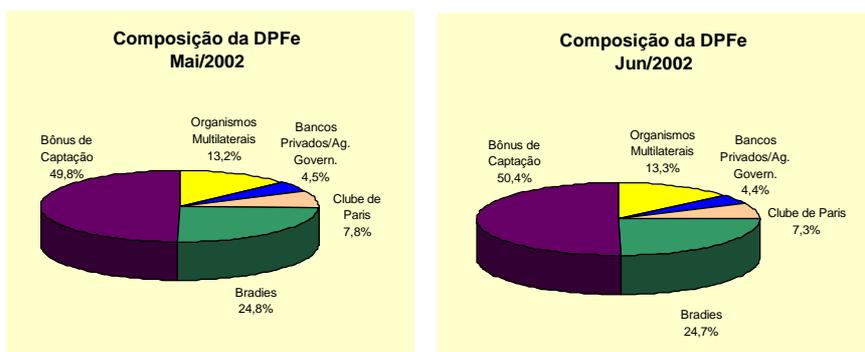
Até o final de 2002, O Tesouro Nacional terá desembolsado o equivalente a R\$ 26,3 bilhões para o pagamento do serviço da dívida externa.

Em junho, as alterações na composição da Dívida Pública Federal Externa – DPFe – verificaram-se, principalmente, nos bônus de captação (aumento de 0,58 ponto percentual) e na dívida junto ao Clube de Paris (queda de 0,52 ponto percentual). Embora não tenham ocorrido novas emissões

Composição

soberanas no mês, o aumento na participação dos bônus de captação deveu-se à desvalorização da moeda norte-americana frente às demais moedas européias e ao iene. Já a diminuição na participação da dívida junto ao Clube de Paris resultou das amortizações ocorridas no mês.

A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa passou de 49,8% em maio para 50,4% em junho.



Prazo e Custo Médios

O prazo médio da DPFe em junho diminuiu em praticamente um mês, devido à ausência de movimentos significativos, como resgates e/ou emissões, que interferissem na diminuição do prazo remanescente. Pelas mesmas razões, o custo médio em dólares ficou inalterado em 8,59 % a.a.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,59% a.a. e prazo médio de 6,14 anos, em junho.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA BRASIL, 2001/2002

Título	2001		2002
	Jun	Mai	Jun
Prazo Médio (anos)	6,94	6,25	6,14
Bônus de Renegociação	6,68	6,37	6,28
Bônus de Captação	7,09	6,20	6,07
Globais	8,36	7,48	7,40
Euros	3,86	3,34	3,30
Demais	2,46	2,78	2,71
Custo Médio (% a.a.) *	8,83	8,59	8,59
Bônus de Renegociação	6,36	5,15	5,15
Bônus de Captação	10,32	10,30	10,27
Globais	10,97	11,16	11,16
Euros	9,80	10,05	10,04
Demais	5,76	4,91	4,92

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2001	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2002
I. RECEITA TOTAL	20.937,7	21.973,1	22.579,2	21.205,8	23.496,3	22.309,3	28.832,7	29.294,7	23.994,0	23.440,9	26.835,1	25.081,1	22.356,4
I.1. Receitas do Tesouro	15.895,3	16.989,3	17.527,0	16.294,3	18.423,9	17.223,1	20.236,7	24.163,4	18.810,2	18.260,7	21.463,7	19.544,5	17.067,2
I.1.1 Receita Bruta	16.866,2	18.065,1	18.658,8	16.699,2	19.042,8	17.718,9	20.568,7	24.420,2	19.160,7	18.465,4	21.656,8	19.789,2	18.198,8
- Impostos	7.810,6	8.436,4	8.192,8	7.673,3	8.903,3	7.686,5	9.522,6	12.109,0	8.627,4	8.687,4	10.152,5	8.890,9	8.301,9
- Contribuições	7.577,3	7.881,4	7.922,3	7.510,6	8.349,9	8.105,9	8.423,6	9.882,4	8.077,0	8.228,1	8.622,2	8.748,6	8.556,4
- Demais	1.478,3	1.747,3	2.543,7	1.515,3	1.789,5	1.926,5	2.622,4	2.428,7	2.456,4	1.550,0	2.882,1	2.149,7	1.340,5
I.1.2. (-) Restituições	-971,0	-1.075,8	-1.131,8	-404,9	-618,8	-495,8	-320,4	-157,5	-350,6	-204,8	-193,1	-244,7	-1.131,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.042,4	4.983,8	5.052,2	4.911,5	5.072,3	5.086,2	8.595,9	5.131,2	5.183,8	5.180,2	5.371,3	5.536,6	5.289,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.606,1	3.538,5	3.668,3	3.858,7	3.561,5	4.136,9	4.219,6	4.808,1	5.436,9	4.329,5	4.282,1	5.343,5	3.676,3
II.1. Transferências Constitucionais	2.968,4	2.680,9	2.817,3	3.028,6	2.903,5	3.009,6	3.622,0	3.913,7	4.533,4	3.487,0	3.669,5	4.171,2	2.972,6
II.2. Lei Complementar 87/96	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.3. Demais	339,3	559,2	552,5	531,7	359,6	828,9	299,2	566,0	573,2	513,1	283,2	842,9	374,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	17.331,5	18.434,6	18.910,9	17.347,0	19.934,8	18.172,4	24.613,1	24.486,6	18.557,0	19.111,4	22.553,0	19.737,6	18.680,1
IV. DESPESA TOTAL	15.702,3	17.185,2	16.450,8	15.683,0	17.489,8	17.252,1	29.396,7	18.383,8	15.966,6	17.036,3	16.749,8	17.708,5	16.961,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.304,5	6.261,6	4.787,3	4.806,0	4.785,4	5.223,1	7.947,7	7.242,3	5.478,4	5.276,3	5.354,9	5.284,4	5.919,9
IV.1.1. INSS	284,7	351,4	253,9	238,4	223,8	277,5	355,7	397,2	278,4	293,1	305,0	292,4	327,3
IV.1.2. Demais	5.019,9	5.910,1	4.533,4	4.567,6	4.561,5	4.945,5	7.592,0	6.845,1	5.200,0	4.983,2	5.050,0	4.992,0	5.592,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.835,7	6.120,6	6.092,5	6.019,1	6.026,7	6.676,9	11.283,8	6.157,9	6.254,7	6.316,7	6.413,8	6.608,6	6.733,9
IV.3. Custeio e Capital	4.562,0	4.803,0	5.571,0	4.857,9	6.677,7	5.352,1	10.165,1	4.983,5	4.233,6	5.443,3	4.981,1	5.815,5	4.307,7
IV.3.1. Despesa do FAT	312,4	698,6	942,2	563,1	604,9	621,5	571,4	333,5	627,5	480,1	434,6	788,9	94,2
- Abono e Seguro Desemprego	280,9	650,8	760,8	483,4	540,7	556,6	475,3	311,4	584,0	370,7	361,6	735,3	60,9
- Demais Despesas do FAT	31,5	47,8	181,4	79,7	64,3	64,9	96,1	22,1	43,5	109,5	73,0	53,7	33,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	326,1	160,6	584,9	133,5	1.217,0	95,6	683,5	130,7	-0,5	96,9	131,9	142,8	102,6
- Operações Oficiais de Crédito	102,4	87,5	534,1	65,1	1.188,5	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2
- Subvenções aos Fundos Regionais	223,7	73,2	50,8	68,4	28,5	90,1	124,3	119,1	-83,2	2,3	64,5	63,7	68,4
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.923,5	3.943,8	4.043,8	4.161,3	4.855,8	4.635,0	8.910,2	4.519,4	3.606,5	4.866,3	4.414,5	4.883,7	4.110,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.629,2	1.249,4	2.460,1	1.664,0	2.444,9	920,3	-4.783,6	6.102,8	2.590,4	2.075,1	5.803,2	2.029,1	1.718,6
V.1. Tesouro Nacional	2.422,5	2.386,1	3.500,4	2.771,7	3.399,3	2.511,0	-2.095,7	7.129,5	3.661,3	3.211,5	6.845,6	3.101,1	3.163,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-793,3	-1.136,7	-1.040,3	-1.107,7	-954,4	-1.590,7	-2.687,9	-1.026,7	-1.070,9	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-35,2	-46,0	-50,8	-82,9	-54,9	-61,4	-79,8	-22,8	-53,2	-57,8	-56,6	-43,8	-70,7
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.594,0	1.203,4	2.409,3	1.581,1	2.390,0	858,9	-4.863,4	6.080,0	2.537,2	2.017,3	5.746,5	1.985,3	1.647,9
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-186,5	58,0	61,7	371,3	-499,1	-13,1	-1.065,7	959,6	-392,6	296,9	-14,0	-137,3	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.407,6	1.261,4	2.471,0	1.952,4	1.890,9	845,8	-5.929,2	7.039,6	2.144,5	2.314,2	5.732,5	1.848,0	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-1.432,9	-12.233,9	-11.645,1	-9.396,1	-7.628,0	7.443,3	7.637,6	-12.518,5	-678,6	-3.200,2	-8.338,9	-15.995,2	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-25,3	-10.972,5	-9.174,1	-7.443,7	-5.737,2	8.289,1	1.708,4	-5.478,9	1.465,9	-886,0	-2.606,4	-14.147,2	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2001	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2002
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	21.405,3	21.564,5	23.878,2	21.714,8	22.714,8	24.046,0	30.554,8	22.989,4	27.751,7	24.643,5	26.411,0	31.032,2	29.314,7
I.1 - Recolhimento Bruto	14.968,6	15.146,8	17.008,5	15.370,8	15.688,9	17.579,5	20.292,6	15.532,7	19.670,3	17.213,7	17.988,9	20.507,2	15.759,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	805,2	704,8	718,6	746,8	1.315,6	683,3	753,6	633,2	774,2	903,1	1.179,9	786,9	897,5
I.4 - Receita das Operações de Crédito	162,9	312,2	666,5	180,0	268,2	292,1	378,9	144,4	647,0	156,5	83,9	117,4	111,0
I.5 - Receita do Salário Educação	114,5	124,4	125,4	115,5	117,5	119,5	124,4	213,6	114,6	119,6	124,6	125,7	129,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.349,2	5.270,6	5.353,1	5.296,0	5.318,9	5.365,7	9.009,1	5.334,1	5.190,0	5.564,7	5.695,6	5.844,9	5.714,6
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	5,0	5,7	6,2	5,7	5,7	5,8	7,7	1.230,7	1.355,6	685,9	1.338,0	3.650,0	6.702,2
II. DESPESAS	25.052,7	26.428,4	21.769,6	21.200,7	24.622,3	22.602,8	33.639,9	25.666,8	25.817,1	23.172,1	26.275,4	24.154,7	26.549,6
II.1 - Liberações Vinculadas	4.445,2	4.137,4	4.483,9	4.459,4	4.367,6	4.023,2	5.665,8	5.869,1	6.158,3	4.847,4	5.038,3	5.938,3	4.498,2
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.157,7	2.853,1	2.998,6	3.224,7	3.090,9	3.204,3	3.852,2	4.175,5	4.832,2	3.715,7	3.882,0	4.471,2	3.165,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	166,2	189,8	406,8	194,0	252,5	459,7	180,3	165,8	344,8	174,6	171,5	457,3	250,1
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.1.4 - Outras Vinculações	822,9	796,0	780,1	742,3	725,7	60,7	1.334,9	1.199,5	651,0	627,8	655,5	680,4	753,5
II.2 - Liberações Ordinárias	20.607,4	22.291,0	17.285,6	16.741,3	20.254,8	18.579,6	27.974,1	19.797,7	19.658,8	18.324,7	21.237,1	18.216,4	22.051,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.518,2	4.720,2	4.781,7	4.677,4	4.144,8	5.256,1	7.908,2	7.079,8	5.289,6	5.390,5	5.216,9	5.258,6	7.457,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	814,8	3.910,9	933,2	777,8	4.121,9	921,5	-723,0	1.626,4	1.236,1	682,0	2.676,4	758,8	843,3
i) Dívida Contratual Interna	186,6	2.764,5	15,8	97,5	543,5	1,5	-978,3	76,4	102,5	100,7	111,5	449,1	8,0
ii) Dívida Contratual Externa	628,1	1.146,4	917,3	680,3	3.578,4	920,0	255,3	1.550,0	1.133,7	581,4	2.564,9	309,7	835,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.796,3	3.861,9	1.071,9	160,9	1.014,0	866,3	1.741,7	2.104,4	2.644,0	1.751,7	3.043,1	1.195,0	2.466,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	5.768,1	6.061,7	5.997,4	6.451,4	6.382,3	6.411,7	10.611,8	6.377,3	6.494,5	5.977,3	6.552,8	6.854,9	6.604,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.507,6	3.518,3	3.869,6	4.437,0	4.280,3	4.861,3	7.509,1	2.441,8	3.725,5	4.250,0	3.559,4	3.921,0	4.536,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	202,4	218,0	631,9	236,8	311,4	262,7	926,4	168,1	269,1	273,2	188,4	228,2	143,1
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-3.647,3	-4.863,9	2.108,6	514,1	-1.907,5	1.443,2	-3.085,1	-2.677,5	1.934,6	1.471,4	135,6	6.877,5	2.765,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	26.751,4	18.988,0	14.969,2	14.663,9	24.725,1	13.656,5	10.112,3	16.491,4	14.390,1	17.615,1	27.498,6	14.174,7	9.788,0
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	23.533,3	18.647,5	12.576,0	14.321,6	24.205,3	13.263,2	9.548,4	16.169,0	13.777,4	17.021,9	26.940,2	13.643,7	9.216,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	3.218,1	340,5	2.393,2	342,3	519,8	393,3	563,9	322,4	612,7	593,1	558,3	531,0	572,0
V. DESPESAS	27.051,4	30.825,8	17.888,2	8.935,2	16.027,7	12.653,1	10.815,2	11.352,5	15.212,7	15.676,5	19.695,7	5.855,9	18.218,2
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	25.335,8	28.295,3	17.103,0	9.219,4	11.053,8	10.892,4	9.004,0	11.180,8	15.006,6	15.365,1	18.941,2	4.597,6	16.418,1
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	1.715,6	2.530,5	785,2	-284,2	4.973,9	1.760,7	1.811,2	171,7	206,1	311,4	754,5	1.258,3	1.800,1
V.2.1 - Dívida Interna	328,9	2.364,2	423,8	-621,2	1.433,5	6,6	296,2	71,5	91,9	92,1	93,1	-82,4	28,6
V.2.2 - Dívida Externa	1.386,6	166,3	361,4	337,1	3.540,5	1.754,1	1.515,1	100,1	114,2	219,3	661,5	1.340,6	1.771,5
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-1.802,6	-9.647,8	-4.527,0	5.102,2	13.151,4	2.370,8	544,4	4.988,2	-1.229,2	1.656,8	7.999,1	9.046,1	-7.202,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.599,3
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-1.137,9	-14.868,4	473,0	12.744,7	5.440,0	2.175,4	-4.428,9	-846,5	4.155,8	4.280,4	4.626,6	20.894,9	2.934,1

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Jun/2001	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2002
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	5.253,0	6.439,0	7.293,5	8.646,1	7.053,3	5.850,4	2.493,9	6.161,1	8.867,5	1.700,7	6.168,7	6.137,4	9.723,5
I.1. Emissão de Títulos	2.784,2	4.599,4	5.202,8	5.423,2	6.151,0	5.851,9	3.375,4	4.861,4	7.619,9	1.252,4	4.811,0	2.278,9	2.767,3
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.334,0	1.716,5	1.955,8	2.999,4	835,2	-4,4	-342,9	1.187,0	1.163,9	414,2	1.258,3	3.650,0	6.702,2
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	134,9	123,1	134,9	223,4	67,0	2,9	-538,6	112,7	83,8	34,0	99,3	208,5	254,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	2.443,6	4.605,6	6.010,2	2.144,1	8.403,1	6.121,6	3.134,8	9.469,2	5.823,8	830,2	9.480,5	438,8	1.124,2
II.1. Resgate de Títulos	2.162,6	4.136,1	5.204,8	1.886,1	7.585,1	5.504,8	2.195,0	7.963,1	5.021,9	729,5	8.247,8	7,8	11,8
II.2. Encargos da DPMF	281,0	469,6	805,4	258,0	818,0	616,7	939,8	1.506,1	801,9	100,7	1.232,7	431,1	1.112,4
III. RESULTADO (I - II)	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.599,3

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jun/2001	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2002
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	12,9	10,3	15,4	4,0	13,1	18,0	30,2	5,0	19,0	17,6	20,2	18,9	19,1
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	1,7	23,3	0,0	0,0	0,0	42,2	2,1	0,0	12,2	0,0	0,0	2,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	52,5	40,1	17,9	-14,2	16,5	-51,1	18,9	-20,4	28,2	9,0	7,5	-2,4	-13,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,5	0,3	0,0	0,2	0,2	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	46,2	32,6	10,6	-29,3	1,3	-51,3	-11,5	-40,4	5,9	-8,9	7,3	-10,1	-13,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	6,0	7,0	7,0	15,0	15,0	0,0	30,2	20,0	22,2	17,8	0,1	7,6	0,1
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	25,1	33,1	69,4	25,0	19,1	19,0	155,5	0,6	25,2	22,4	24,5	24,3	26,1
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	5,3	2,4	408,2	50,4	46,3	19,5	296,8	24,3	10,4	33,4	15,2	38,3	0,2
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. TOTAL	102,4	87,5	534,1	65,1	95,1	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jun/2001	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2002
I. DÍVIDA INTERNA	99.808,5	89.929,4	85.563,5	90.544,2	100.407,5	105.523,8	120.538,5	120.616,5	132.187,6	125.495,1	135.023,0	139.993,6	136.688,5
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	453.968,4	462.587,9	464.504,4	475.125,8	490.690,7	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2
Dívida Bancária	40.299,3	27.260,1	25.990,0	25.989,3	26.419,0	26.459,0	25.355,0	25.364,4	25.367,2	25.361,1	25.382,6	25.414,3	25.423,8
INSS	-10.546,7	-10.700,7	-10.874,1	-10.970,9	-11.012,6	-11.172,2	-11.257,1	-11.277,4	-11.298,8	-11.319,2	-11.331,6	-11.410,9	-11.537,6
Lei 7.976/89	-10.913,6	-11.207,2	-11.585,2	-12.082,0	-12.308,8	-11.487,3	-10.316,5	-10.684,3	-10.425,0	-10.303,9	-10.361,7	-10.810,1	-11.573,9
Bônus Renegociação	-20.263,9	-20.355,9	-21.260,6	-22.190,0	-22.333,3	-20.836,9	-18.988,0	-19.081,6	-18.498,3	-18.310,5	-18.477,7	-19.773,4	-22.204,5
Lei 8.727/93	-44.534,9	-44.433,6	-44.576,5	-44.638,8	-45.083,0	-46.321,3	-46.429,7	-45.312,4	-45.331,5	-45.299,3	-45.332,0	-45.386,4	-45.417,7
Lei 9.496/97	-143.271,5	-145.557,4	-148.094,7	-149.746,2	-150.754,9	-153.189,0	-154.222,1	-154.768,7	-155.046,2	-155.941,8	-155.874,4	-157.271,1	-159.601,2
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-18.880,8	-19.150,2	-19.514,1	-19.700,0	-19.795,4	-20.105,4	-20.279,5	-20.375,4	-20.425,8	-20.829,8	-20.847,1	-21.032,6	-21.276,3
Recebíveis das Estatais	-32.581,9	-31.339,9	-29.734,2	-30.143,0	-30.625,4	-30.746,4	-30.394,9	-27.030,5	-27.014,8	-27.222,6	-28.395,1	-28.899,1	-29.901,5
Outros	-17.458,2	-17.596,5	-19.942,2	-20.442,8	-20.619,0	-20.720,6	-20.823,4	-21.280,6	-21.180,4	-21.218,4	-21.229,0	-21.196,5	-21.493,7
Fat	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6
Demais Entidades	-23.330,3	-22.140,5	-22.845,9	-23.030,1	-23.243,7	-23.379,6	-23.613,7	-23.955,2	-24.763,4	-25.392,9	-26.070,3	-26.676,8	-26.981,6
Créditos das Operações Oficiais	-11.522,1	-11.750,7	-12.197,0	-12.682,0	-12.676,0	-12.126,6	-11.554,5	-11.832,7	-11.414,8	-11.063,5	-11.204,1	-11.703,0	-12.663,6
Arrecadação a Recolher	-2.227,8	-4.112,4	-2.684,1	-2.693,0	-4.725,0	-2.839,8	-767,0	-7.746,0	-4.591,6	-4.587,8	-6.977,2	-3.581,2	-4.218,3
II. DÍVIDA EXTERNA	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4
Dívida Mobiliária	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8
Títulos Depositados em Garantias	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6
Dívida Contratual	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8
Disponibilidades	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	264.653,4	263.736,8	273.976,9	287.580,5	297.960,3	286.352,2	285.169,7	293.837,7	300.228,3	294.923,9	309.942,6	327.597,4	349.453,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,1%	23,0%	23,7%	24,6%	25,3%	24,2%	23,9%	24,5%	24,9%	24,3%	25,3%	26,5%	28,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/2001	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2002
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	46.781,6	48.602,1	51.008,9	53.314,3	53.067,8	49.570,6	45.487,3	46.744,8	45.389,8	44.878,3	44.729,7	47.750,1	53.853,7
Brazil Investment Bond (BIB)	892,3	941,2	987,8	992,7	1.006,0	939,7	862,3	898,7	872,7	827,5	841,4	898,2	1.013,0
Par Bond (PB)	4.943,0	5.214,1	5.472,3	5.685,2	5.761,4	5.381,8	4.938,4	4.965,9	4.822,0	4.771,4	4.782,8	5.105,7	5.758,4
Discount Bond (DB)	5.147,3	5.429,6	5.698,5	5.965,6	6.045,5	5.647,1	5.182,0	5.274,4	5.121,5	5.067,8	5.152,7	5.500,6	6.203,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.427,8	1.506,1	1.580,7	1.654,8	1.676,9	1.566,4	1.437,4	1.468,1	1.425,5	1.410,6	1.434,2	1.531,0	1.726,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	15.227,0	16.062,1	16.857,5	17.647,6	17.884,1	16.705,5	15.329,4	15.814,7	15.356,3	15.195,4	15.449,8	16.492,9	18.601,3
Debt Conversion Bond (DCB)	9.309,7	9.285,4	9.745,2	10.201,4	10.338,1	9.656,8	8.861,4	9.175,4	8.909,4	8.816,1	8.961,2	9.566,7	10.789,1
New Money Bond (NMB)	3.876,0	4.088,5	4.291,0	4.492,1	4.267,8	3.986,6	3.658,2	3.778,4	3.668,9	3.630,5	3.445,2	3.677,8	4.147,9
Eligible Interest (EI)	5.958,4	6.075,1	6.376,0	6.674,8	6.087,8	5.686,7	5.218,2	5.369,2	5.213,5	5.158,9	4.662,5	4.977,3	5.613,5
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	77.338,1	82.102,6	91.487,0	95.685,6	96.518,6	86.409,5	78.995,6	84.790,2	82.283,0	84.374,4	89.321,3	95.862,0	109.937,1
Bônus Global	1.728,7	1.823,5	1.913,8	2.003,5	2.030,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2007	1.001,8	1.088,2	1.189,1	1.242,8	1.245,8	1.137,7	1.052,9	1.064,8	1.033,9	1.023,1	1.040,2	1.206,5	1.444,1
Bônus Parallel Franco	298,7	324,5	354,6	370,6	371,4	339,2	313,9	317,7	314,4	319,6	-	-	-
Bônus Parallel Florim	355,6	386,3	422,1	441,2	442,3	403,9	373,8	389,5	378,3	374,3	380,6	-	-
Bônus Parallel Xelim	284,8	309,3	338,0	353,3	354,1	323,4	299,3	311,9	302,9	299,7	304,7	-	-
Bônus Global 2027	8.067,2	8.509,6	8.931,0	9.349,6	9.474,9	8.850,5	8.121,4	8.464,1	8.218,7	8.132,6	8.268,8	8.827,0	9.955,4
Bônus Eurolira	758,9	824,2	900,8	941,4	943,7	861,8	797,6	831,2	807,1	798,7	812,1	866,9	1.094,0
Bônus Eurosterling 2007	490,0	520,7	557,6	591,3	591,9	537,1	506,1	513,0	499,5	492,9	501,1	535,0	603,3
Bônus Euro 2003	981,8	1.066,4	1.170,4	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	1.017,2	1.085,9	1.412,2
Bônus Marco Alemão 2008	751,3	816,1	891,8	932,1	934,3	853,3	789,7	799,1	799,1	823,0	804,0	904,9	1.083,1
Bônus Global 2008	2.881,1	3.039,1	3.189,6	3.339,1	3.383,9	3.160,9	2.900,5	3.022,9	2.935,3	5.809,0	5.906,3	6.305,0	7.111,0
Bônus Global 2004	6.914,7	7.293,9	7.655,1	8.013,9	8.121,3	7.586,1	6.961,2	7.254,9	7.044,6	6.970,8	7.087,5	7.566,0	8.533,2
Bônus Euro 2002	1.570,9	1.706,3	1.864,5	1.948,7	1.953,3	1.783,9	1.650,9	1.666,0	1.617,7	1.600,7	1.627,5	1.887,8	2.259,6
Bônus Euro 2004	981,8	1.066,4	1.165,3	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	996,9	-	1.384,0
Bônus Global 2009	4.609,8	4.862,6	5.103,4	5.342,6	5.414,2	5.057,4	4.640,8	4.836,6	4.696,4	4.647,2	4.725,0	5.044,0	5.688,8
Bônus Euro 2006	1.374,5	1.493,0	1.631,4	1.705,1	1.709,2	1.560,9	1.444,5	1.457,7	1.415,5	1.400,6	1.399,7	1.623,5	1.943,2
Bônus Euro 2001	1.178,2	1.279,7	1.398,4	1.461,5	1.465,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2020	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4
Bônus Euro 2010	1.472,7	1.589,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4
Bônus Global 2030	3.687,8	3.890,1	4.082,7	4.274,1	4.331,4	4.045,9	3.712,6	3.869,3	3.757,1	3.717,8	3.780,0	4.035,2	4.551,0
Bônus Samurai 2003	1.106,9	1.164,6	5.574,7	5.803,3	5.743,7	5.326,0	4.595,7	4.763,3	4.562,4	4.547,3	4.768,9	5.267,5	6.173,1
Bônus Euro 2005	2.454,5	2.666,0	2.913,3	3.044,8	3.052,1	2.787,4	2.579,5	2.603,1	2.527,6	2.501,2	2.518,6	2.921,4	3.496,7
Bônus Global 2007	3.457,4	3.647,0	3.833,9	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6
Bônus Global 2040	11.887,1	12.539,0	13.159,9	13.776,7	13.961,4	13.041,3	11.967,0	12.471,9	12.110,4	11.983,5	12.184,1	13.006,7	14.669,5
Bônus Euro 2007	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4
Bônus Samurai 2006	1.106,9	1.164,6	1.286,5	1.339,2	1.325,5	1.229,1	1.060,5	1.079,0	1.052,9	1.049,4	1.100,5	1.215,6	1.424,6
Bônus Global 2006	3.457,4	3.647,0	3.827,6	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6
Bônus Euro 2011	1.963,6	2.132,8	2.330,6	2.435,8	2.441,7	2.229,9	2.063,6	2.022,1	2.000,9	2.034,4	2.359,8	2.824,5	3.284,5
Bônus Global 2024	4.955,5	5.227,3	5.486,2	5.743,3	5.820,3	5.436,7	4.988,9	5.199,3	5.048,6	4.995,7	5.079,4	5.422,3	6.115,5
Bônus Samurai 2007	1.475,9	1.552,8	1.715,3	1.785,6	1.767,3	1.638,8	1.414,1	1.438,6	1.403,8	1.399,2	1.467,3	1.620,8	1.899,4
Bônus Global 2005	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4
Bônus Global 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	2.935,3	2.904,5	-	3.152,5	3.555,5
Euro Bond 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.017,2	1.179,9	1.412,2
Bônus Global 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.362,5	2.522,0	2.844,4
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6
III. DÍVIDA CONTRATUAL	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6
V. TOTAL (I+II+III+IV)	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	14,4%	15,1%	16,3%	16,8%	16,8%	15,3%	13,8%	14,4%	14,0%	14,0%	14,3%	15,2%	17,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jun/2001	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2002
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	616.049,5	628.307,6	633.499,0	650.451,3	676.684,8	680.641,2	691.817,5	697.630,6	711.471,1	713.695,0	730.722,1	746.927,5	760.458,8
I. Dívida em Poder do Público	453.968,4	462.587,9	464.504,4	475.125,8	490.690,7	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2
Dívida Securitizada	26.316,7	18.040,8	19.360,3	19.058,7	17.223,7	17.394,8	19.275,2	19.482,2	23.712,1	22.560,4	22.161,8	22.219,6	22.214,0
Certificados de Privatização	39,3	39,4	39,6	39,0	39,1	39,2	39,2	40,2	40,2	40,3	40,4	40,5	40,5
TDA	2.492,8	2.478,6	2.448,6	2.422,4	2.347,5	2.291,2	2.276,5	2.224,5	2.244,0	2.245,4	2.217,4	2.206,7	2.193,8
LTN	62.933,6	60.659,9	58.072,5	57.183,2	52.859,2	51.191,1	48.806,7	48.039,9	47.389,4	56.897,2	61.907,9	61.006,2	56.249,0
LFT	237.317,6	252.996,8	254.034,3	255.029,6	260.464,3	266.019,8	275.243,1	279.676,2	277.993,1	260.294,3	265.366,0	268.387,8	270.183,2
LFT-A	20.219,2	20.398,0	20.598,6	20.742,9	20.931,8	20.935,2	20.960,6	21.148,4	21.276,7	21.430,3	21.608,7	21.758,4	21.903,4
LFT-B	29.864,2	30.002,0	30.145,1	29.952,1	30.019,8	29.989,8	29.953,5	29.619,2	29.639,1	29.842,8	29.873,9	29.909,3	29.879,4
LFT-E	434,1	440,6	447,6	453,6	460,5	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	10.577,5	11.157,8	11.909,2	12.475,5	12.374,5	11.447,7	10.713,7	11.307,8	10.944,7	10.842,8	10.790,0	11.578,0	12.990,4
NTN-B	-	-	-	-	-	-	-	8.156,9	8.404,4	9.275,6	9.403,4	9.514,7	9.588,1
NTN-C	20.409,6	21.252,2	22.454,4	23.400,6	24.872,1	25.961,4	26.781,6	26.836,1	30.746,9	30.922,8	33.589,0	34.753,6	35.920,9
NTN-D	11.672,9	12.638,7	11.923,6	20.941,2	35.460,5	37.820,0	39.204,3	40.709,8	47.277,5	50.921,8	53.710,2	56.073,2	61.936,2
NTN-H	2.093,1	2.097,4	1.830,4	1.580,1	1.704,4	1.286,1	212,6	213,5	173,4	173,7	160,6	161,0	161,3
NTN-I	1.942,7	2.014,5	2.433,4	2.693,5	2.728,7	1.926,3	1.260,5	1.513,9	1.415,8	1.381,5	1.398,3	1.514,0	1.709,2
NTN-P	11.561,3	11.645,4	11.744,5	11.844,2	11.936,5	11.942,4	12.103,0	4.595,7	4.622,8	4.654,1	4.687,7	4.728,5	4.758,0
NTN-S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFT-A	11.602,4	11.736,2	11.942,3	11.955,0	11.891,0	11.928,3	11.945,5	11.938,6	11.242,7	11.228,9	11.220,3	11.244,0	11.295,6
CFT-D	2.197,2	2.689,2	2.705,1	2.887,3	2.974,2	2.705,0	1.836,2	1.655,8	1.614,9	1.614,1	2.304,7	2.506,7	2.760,3
Demais	2.294,2	2.300,3	2.415,0	2.467,1	2.402,9	2.320,3	6.920,1	7.081,2	3.991,9	4.015,1	2.277,0	2.393,0	2.432,8
II. Dívida com BACEN	162.081,1	165.719,8	168.994,6	175.325,5	185.994,1	185.442,7	184.285,2	183.390,6	188.741,5	195.354,0	198.004,9	206.932,5	214.242,6
LTN	34.422,5	31.256,3	30.707,7	30.125,5	28.028,8	25.699,9	27.962,0	25.193,8	23.222,7	24.848,0	54.442,5	55.521,0	57.109,4
LFT	39.945,0	44.670,6	46.039,7	46.123,6	46.297,9	46.401,8	46.499,7	47.217,5	47.810,9	53.093,8	54.751,1	57.791,5	57.637,5
LFT-A	60.711,1	61.190,6	61.732,5	62.104,5	62.608,8	63.023,2	63.437,0	63.939,9	64.555,7	64.655,8	-	-	-
NTN-A	1.849,3	1.861,1	2.222,9	1.628,1	2.133,1	1.702,1	1.836,1	2.072,1	1.869,9	1.683,1	1.715,6	-	-
NTN-D	24.544,2	26.130,3	27.678,7	34.730,1	46.310,0	47.999,4	43.933,4	44.349,0	50.664,2	50.455,0	87.091,0	93.615,3	99.490,9
Demais	609,0	610,8	613,1	613,7	615,4	616,2	616,9	618,4	618,0	618,3	4,7	4,7	4,8
Dívida em Poder do Público/PIB	39,7%	40,3%	40,1%	40,6%	41,6%	41,8%	42,5%	42,9%	43,4%	42,7%	43,5%	43,7%	43,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jun/2001	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2002
I. INTERNA	-82.257,8	-83.714,1	-84.468,3	-85.282,2	-86.768,9	-86.588,2	-87.316,1	-89.598,3	-90.682,0	-92.110,1	-93.046,8	-94.351,2	-95.063,2
Dívida contratual	886,0	907,8	630,4	652,6	655,1	620,4	581,9	597,8	585,3	579,1	585,7	619,1	674,1
FAT	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6
Aplicações financeiras	-2.302,1	-2.143,8	-2.213,9	-2.206,2	-2.172,0	-2.066,5	-1.951,7	-1.926,2	-2.206,9	-2.501,4	-2.759,0	-2.759,1	-2.782,2
Fundos Regionais	-14.653,0	-14.863,3	-15.106,6	-15.349,0	-15.630,2	-15.859,5	-16.091,8	-16.362,8	-16.842,7	-17.202,5	-17.514,5	-17.883,8	-18.143,8
Demais	-7.261,2	-6.041,2	-6.155,7	-6.127,5	-6.096,5	-6.074,0	-6.152,1	-6.264,0	-6.299,0	-6.268,1	-6.382,6	-6.652,9	-6.729,7
II. EXTERNA	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6
Disponibilidades	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-83.244,9	-84.779,0	-85.533,3	-86.444,2	-87.909,2	-87.707,9	-88.299,8	-90.561,4	-91.656,7	-93.059,5	-93.989,6	-95.340,9	-96.067,8
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,3%	-7,4%	-7,4%	-7,4%	-7,5%	-7,4%	-7,4%	-7,5%	-7,6%	-7,7%	-7,7%	-7,7%	-7,7%

(-) Haver (+) Obrigação
 Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em junho, foram menores que os valores distribuídos no mês de maio/2002, em -29,6%. A redução foi decorrente de dois fatores:

1) menor receita do imposto de renda retido na fonte - rendimentos de capital, incidente sobre as aplicações nos fundos de renda fixa;

2) liberação do 1º lote de restituição do imposto de renda das pessoas físicas, relativo ao ano calendário de 2002.

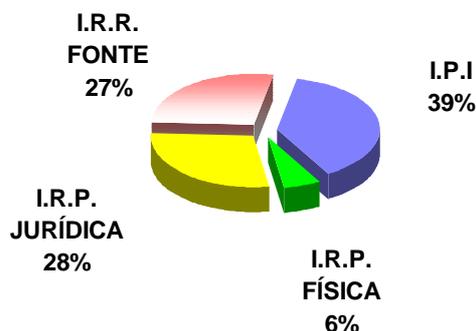
Em relação ao mesmo mês de 2001, o FPM e o FPE apresentaram crescimento nominal de 1,8%. No período de janeiro a junho de 2002 os fundos apresentaram crescimento de 25,5%, quando comparados como o mesmo período do ano anterior por conta do pagamento do IR efetuado pelos Fundos de Pensão e dos depósitos judiciais.

Em junho, as transferências por conta do IPI apresentaram decréscimo de 6,8%. Os setores bebidas, automóveis e importação (IPI-vinculado), apresentaram comportamentos negativos quando comparados ao mês de maio/02.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **junho** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

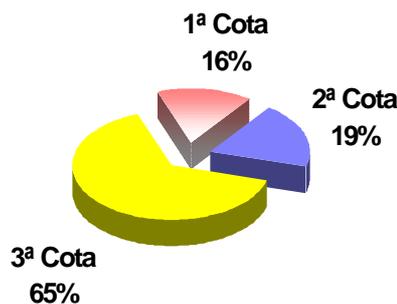
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



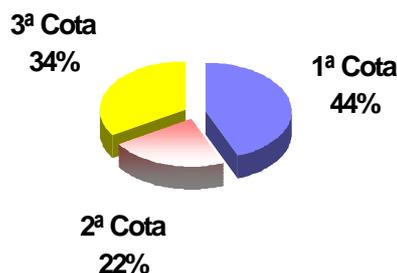
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/02 MAI/02	JUN/02 JUN/01	JAN A JUN/02 JAN A JUN/01
2001	1.419,7	1.636,2	8.891,3	-	-	-
2002	1.445,0	2.052,5	11.163,3	-29,6%	+1,8%	+25,5%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/02 MAI/02	JUN/02 JUN/01	JAN A JUN/02 JAN A JUN/01
2001	1.356,6	1.563,5	8.496,1	-	-	-
2002	1.380,8	1.961,3	10.667,2	-29,6%	+1,8%	+25,5%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério -FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 578/01 os créditos no mês de **junho** foram efetuados nas seguintes datas: **10/06, 20/06 e 28/06**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JUN	-25,0 %	-29,6 %	-25,0 %	-29,6 %	-1,0 %	-6,8 %

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de maio a 20 de junho, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Mai	428,5	3.753,6	4.182,1						
MAI/2002	1.516,5	6.217,8	7.734,3	JUN/2002	6.422,4	1.173,7	1.228,3	124,7	445,9
1º Dec./Jun.	689,4	308,8	998,2	3º Dec./Mai.	4.182,1	764,3	799,8	36,4	282,4
2º Dec./Jun.	349,2	892,9	1.242,1	1º Dec./Jun.	998,2	182,4	190,9	58,6	76,2
3º Dec./Jun.	535,0	3.600,5	4.135,5	2º Dec./Jun.	1.242,1	227,0	237,6	29,7	87,2

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	6.759,59	40.151,88	12,62	8.325,70
AL	29.167,05	48.826,61	122,49	14.200,33
AM	17.183,02	32.750,60	3.536,84	9.933,93
AP	4.652,07	40.046,25	28,70	8.093,84
BA	111.354,75	110.282,12	7.299,32	52.465,48
CE	62.367,77	86.112,35	1.475,98	27.267,59
DF	2.963,16	8.100,80	2,79	2.353,04
ES	21.818,01	17.605,33	5.561,18	10.044,86
GO	45.909,93	33.369,14	872,93	14.803,91
MA	49.599,89	84.719,18	1.491,73	33.527,00
MG	159.925,01	52.281,95	16.200,25	46.682,77
MS	18.398,15	15.633,53	745,76	6.747,21
MT	23.412,90	27.087,56	681,90	9.991,12
PA	44.557,51	71.735,84	5.980,72	27.949,67
PB	39.663,06	56.206,77	316,00	17.116,01
PE	63.291,56	80.986,85	813,05	24.746,45
PI	30.446,19	50.719,77	146,33	16.134,78
PR	83.287,14	33.839,79	13.476,60	28.029,24
RJ	36.485,67	17.930,44	7.933,72	13.900,69
RN	30.425,55	49.035,53	387,04	14.269,76
RO	11.095,88	33.046,37	137,71	7.937,33
RR	5.863,79	29.115,69	9,23	6.193,37
RS	83.236,51	27.638,02	20.666,15	28.154,85
SC	48.381,72	15.020,87	11.765,44	15.039,32
SE	17.730,66	48.770,28	83,86	11.874,02
SP	163.353,83	11.736,88	24.941,58	50.095,68
TO	18.708,96	50.938,08	17,96	12.332,71
TOTAL	1.230.039,33	1.173.688,48	124.707,91	518.210,64

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	JUL/JUN	AGO/JUL	SET/AGO
FPM	+4,0 %	-4,2 %	-0,9 %
FPE	+4,0 %	-4,2 %	-0,9 %
IPI-EXP	+9,0 %	+6,2 %	+1,5 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Repub	11/09/01	Jan/2002	21/02/02
Set/2001	30/01/01	Fev/2002	27/03/02
Out/2001	30/10/01	Mar/2002	29/04/02
Nov/2001	30/01/02	Abr/2002	28/05/02
Dez/2001	25/01/02	Mai/2002	21/06/02

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: stncofin@fazenda.gov.br

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI - EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

JUNHO/2002

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF apresentaram no mês de junho um decréscimo de 7,3 % quando comparados aos do mês anterior. Essa variação foi consequência, basicamente, da redução das parcelas dos Fundos de Participação, que apresentaram queda de 29,6 % em relação aos valores liberados em maio. Mesmo com a arrecadação proveniente do ICMS da ordem de 70%, em junho, no total das receitas que compõem o FUNDEF, a variação negativa ocorrida no FPM e FPE contribuiu para esse resultado.

Origens	R\$ Mil				
	maio	Partic.	junho	Partic.	Jun/Mai
FPM	305.379,4	16,4%	214.994,4	12,5%	-29,6%
FPE	294.196,7	15,8%	207.121,5	12,0%	-29,6%
IPI-EXP	23.600,9	1,3%	22.007,3	1,3%	-6,8%
LC 87/96 LC 102/00	49.275,5	2,6%	49.275,5	2,9%	0,0%
Compl. União	24.812,0	1,3%	24.812,0	1,4%	-
ICMS	1.164.817,8	62,6%	1.207.332,8	70,0%	3,6%
Total	1.862.082,3	100%	1.725.543,5	100%	-7,3%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fun def podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
 Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
 Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
 70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
 Fone: (61) 412.3116/3118 Fax: (61) 412. 1559
 Email: stncofin@fazenda.gov.br

PORTARIA MF Nº 27, DE 30/01/2002 - ESTIMATIVA DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO DE 2002

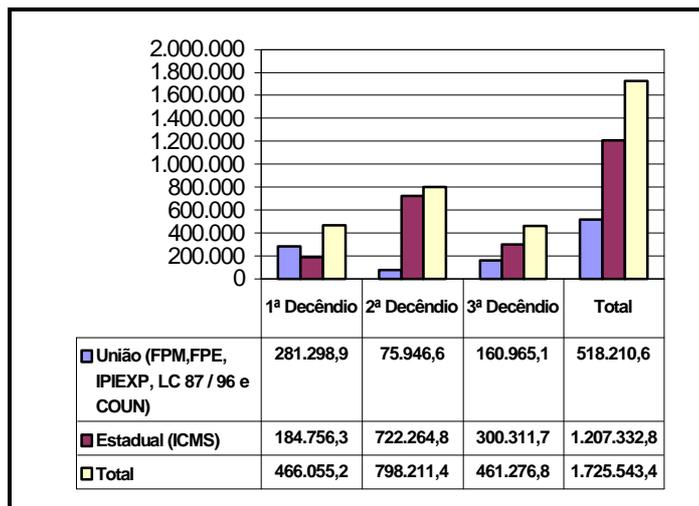
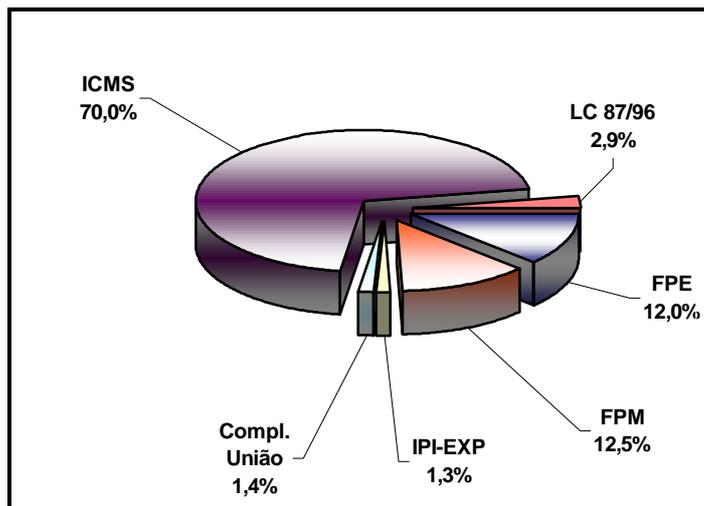
Portaria MF nº 27, de 30 de janeiro de 2002, publicado no D.O.U. em 31/01/02 que divulga o cronograma com a estimativa dos valores da Complementação da União, relativo ao ano de 2002.

ESTADO MÊS	R\$ Mil				
	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
JANEIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
FEVEREIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MARÇO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
ABRIL	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MAIO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JUNHO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JULHO	30.686.027	26.192.810	12.647.660	4.909.550	74.436.047
AGOSTO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
SETEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
OUTUBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
NOVEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
DEZEMBRO	40.914.701	34.923.742	16.863.542	6.546.062	99.248.047
TOTAL	183.718.200	137.222.800	66.536.800	21.016.600	421.804.264

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JUNHO/2002 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	138.714	7.085,6	1.192,9	2,2	0,0	45,0	1.909,7	10.235,4	73,8	539,1
AL	675.161	8.616,5	5.147,1	21,6	0,0	415,1	7.648,2	21.848,5	32,4	231,7
AM	666.430	5.779,5	3.032,3	624,1	0,0	498,0	23.063,2	32.997,1	49,5	312,9
AP	119.101	7.067,0	821,0	5,1	0,0	200,8	160,2	8.254,1	69,3	604,4
BA	3.523.271	19.461,5	19.650,8	1.288,1	10.228,7	1.836,3	56.139,5	108.605,0	30,8	203,7
CE	1.659.062	15.196,3	11.006,1	260,5	0,0	804,8	17.878,2	45.145,8	27,2	224,5
DF(2)	311.758	1.429,6	522,9	0,5	0,0	400,1	0,0	2.353,0	7,5	56,1
ES	521.063	3.106,8	3.850,2	981,4	0,0	2.106,4	22.051,2	32.096,1	61,6	396,4
GO	998.390	5.888,7	8.101,7	154,0	0,0	659,5	39.095,6	53.899,5	54,0	323,5
MA	1.531.967	14.950,4	8.752,9	263,2	8.730,9	829,5	7.275,3	40.802,2	26,6	200,1
MG	3.325.229	9.226,2	28.222,0	2.858,9	0,0	6.375,7	113.149,5	159.832,2	48,1	305,8
MS	427.869	2.758,9	3.246,7	131,6	0,0	610,0	15.437,3	22.184,5	51,8	347,5
MT	521.155	4.780,2	4.131,7	120,3	0,0	958,9	21.470,5	31.461,6	60,4	368,8
PA	1.543.112	12.659,3	7.863,1	1.055,4	4.215,9	2.156,0	19.310,4	47.260,0	30,6	212,8
PB	796.203	9.918,8	6.999,4	55,8	0,0	142,0	8.829,8	25.945,9	32,6	250,5
PE	1.578.289	14.291,8	9.645,0	143,5	0,0	666,2	30.746,4	55.492,8	35,2	236,8
PI	745.608	8.950,5	5.372,8	25,8	1.636,5	149,0	6.041,0	22.175,8	29,7	215,3
PR	1.570.158	5.971,7	14.697,7	2.378,2	0,0	4.981,6	79.478,7	107.508,0	68,5	382,0
RJ	2.008.532	3.164,2	6.438,6	1.400,1	0,0	2.897,8	137.363,6	151.264,2	75,3	419,0
RN	579.231	8.653,3	5.369,2	68,3	0,0	178,9	12.399,1	26.668,9	46,0	309,8
RO	299.212	5.831,7	1.958,1	24,3	0,0	123,2	7.793,5	15.730,8	52,6	330,1
RR	72.178	5.138,1	1.034,8	1,6	0,0	18,9	1.467,5	7.660,8	106,1	786,1
RS	1.539.176	4.877,3	14.668,5	3.647,0	0,0	4.962,1	86.559,9	114.714,7	74,5	471,8
SC	890.468	2.650,7	8.537,9	2.076,3	0,0	1.774,4	41.562,0	56.601,3	63,6	434,0
SE	393.510	8.606,5	3.128,9	14,8	0,0	123,8	7.932,3	19.806,3	50,3	354,2
SP	5.347.539	2.071,2	28.300,4	4.401,5	0,0	15.322,6	437.671,6	487.767,3	91,2	541,6
TO	286.388	8.989,1	3.301,6	3,2	0,0	38,9	4.898,9	17.231,6	60,2	431,7
Total	32.068.774	207.121,5	214.994,4	22.007,3	24.812,0	49.275,5	1.207.332,8	1.725.543,5	53,8	340,6

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.016, de 20.12.2001. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.